

 Ação Educativa
Documentação
CÓDIGO: 05.00.05
Abr
Data 20/11/96

ex. 2

Dados sobre Juventude no Brasil

CEDI EDUCAÇÃO POPULAR E
ESC. POPULAR
documentação
Nº
Data

**Helena Wendel Abramo
Maria Virgínia de Freitas**

São Paulo, agosto de 1995

Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação

Bibliografia

CRANÇAS & adolescentes : indicadores sociais. v. 3. Rio de Janeiro : IBGE, 1989.

CRANÇAS & adolescentes : indicadores sociais. v. 4. Rio de Janeiro : IBGE, 1992.

MADEIRA, Felícia. La mujer joven brasileña : la experiencia de los años setenta en los sectores populares de la ciudad de São Paulo. In: CEPAL. Mujeres jóvenes en América Latina : aportes para una discusión. Montevideo : Arca/Foro, 1985. p. 148-219.

FARIA, Vilmar. A montanha e a pedra : os limites da política social brasileira e os problemas de infância e de juventude. In: FAUSTO, A. e CERVINI, R. (orgs.). O trabalho e a rua : crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo : Cortez, 1991.

SEADE. O jovem na Grande São Paulo. São Paulo : SEADE, 1988.

Advertência

Antes de mais nada, é preciso assinalar uma grande dificuldade para se traçar um quadro preciso acerca da juventude no Brasil. O organismo responsável pela produção e divulgação de dados estatísticos IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realiza decenalmente um Censo Nacional. No entanto, o Censo de 1990 só foi realizado em 1991 - rompendo a possibilidade de análise de séries históricas - e grande parte dos dados ainda não estão disponíveis. Assim, a maior parte dos dados aqui registrados são de 1989 e não têm a precisão adequada pois foram colhidos por amostragem. Destinam-se, porém, a apontar tendências e a conformar um quadro geral acerca do tema.

O País

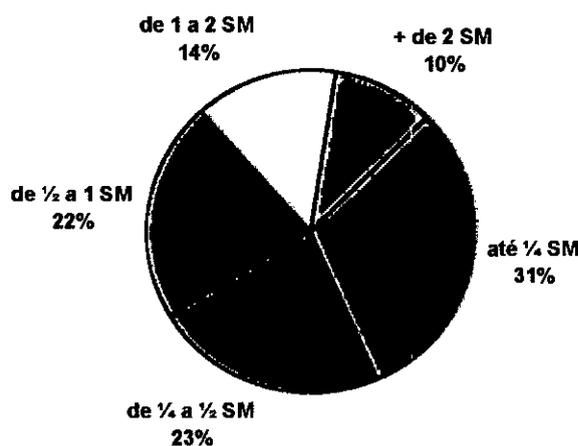
O Brasil é um país grande (com um território de 8,5 milhões de km² e uma população de 146.825.475 pessoas), bastante complexo e diferenciado. Tem um forte grau de industrialização e urbanização e um Produto Interno Bruto (PIB) relativamente alto, que o situa como a 11^a economia do mundo. No entanto, contém uma imensa desigualdade social, com a pior distribuição de renda do mundo: enquanto os 1% mais ricos detêm 14,6% de toda a renda do país, os 50% mais pobres detêm apenas 11,2% desse total¹. Esses descompassos, mantidos por um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador da riqueza, produzem situações de profunda carência e pobreza: 33,2 milhões de pessoas vivem com um rendimento mensal familiar *per capita* de até ½ salário mínimo, o que indica uma situação de pobreza.

¹ Cf. Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial - 1995; Crianças & adolescentes: indicadores sociais. IBGE.

A Juventude no Brasil

A população jovem é numericamente bastante expressiva: em 1991, o número de pessoas entre 0 e 19 anos de idade era de 66.005.904 pessoas, representando 44,5% da população total. A maior parte dessa população sofre as conseqüências da desigualdade, muitas vezes de forma bastante dramática. Mais da metade dos jovens brasileiros (58,5%) vive em situação de pobreza, sendo que 27% numa situação de carência absoluta, em famílias que contam com um rendimento mensal *per capita* de menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, impossibilitando a satisfação das necessidades mais básicas, como moradia, alimentação, saúde e educação.

Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos por rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 1990

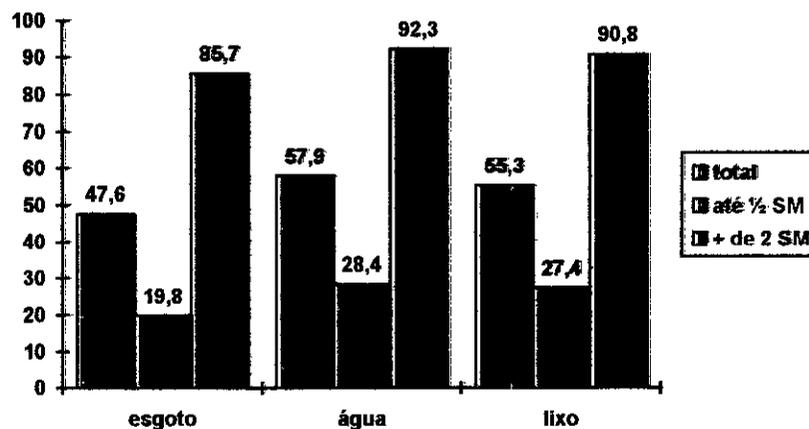


SM = Salário mínimo. Embora variável, o salário mínimo tem variado em torno de US\$70.

Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.4, IBGE. 1992

A taxa de mortalidade infantil, mesmo tendo decrescido nas últimas décadas, é assustadora: 45 por 1.000 nascidos vivos. A maior parte dos óbitos infantis estão vinculados às condições de moradia e alimentação, à falta de saneamento básico e à dificuldade de acesso a serviços de saúde, sendo devidos a doenças consideradas simples e possíveis de serem evitadas ou tratadas. Da população de 0 a 17 anos, 47,6% vivem em casas sem rede de esgoto e 58% sem água encanada. E as condições de saneamento, por sua vez, bem como o acesso aos serviços de saúde, estão intimamente relacionados à renda: da população de 0 a 17 anos que vive em famílias com rendimento mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, apenas 19,8% moram em residências com rede de esgoto.

Pessoas de 0 a 17 anos que moram em domicílios com condições adequadas de saneamento - Brasil - 1990



Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.4, IBGE, 1992

Mas as diferenças não se resumem aos níveis de renda: as desigualdades e diferenças entre as diferentes regiões, entre o meio rural e urbano, entre padrões culturais e graus de inserção na “modernidade”, marcam fortemente a população juvenil. Existem várias condições juvenis na sociedade brasileira. Embora a maior parte dos jovens sofra as consequências da desigualdade, há, no interior mesmo da situação de pobreza, diferentes

níveis de carência e distintos tipos de arranjo para enfrentá-la, que suscitam uma gama variada de problemas.

As situações mais extremas, que têm tido maior visibilidade e impacto na opinião pública, são as relativas aos meninos e meninas de rua, à prostituição infanto-juvenil, à violência e ao envolvimento de jovens com o crime organizado.

Em todos esses casos ainda há dados escassos, insuficientes para dimensionamento da magnitude e caracterização da situação. A prostituição infanto-juvenil, tradicionalmente associada às regiões portuárias, tem crescido nas grandes cidades e nas zonas de garimpo; uma série de reportagens em um importante jornal de São Paulo, há cerca de 2 anos, chamou a atenção para o tráfico e escravização de meninas na Amazônia. As estimativas sobre o número de meninas envolvidas, porém, são todas muito impressionistas, e variam de 500.mil (CBIA, 1990) a 2 milhões (Unicef, 1990).

O grupo que tem recebido mais atenção em termos de estudos e busca de soluções, seja por parte do Estado, seja da sociedade civil, nestes últimos anos, é a dos meninos e meninas de rua. Também nesse caso os dados são apenas estimativos; embora uma série de estudos e levantamentos estejam sendo realizados, os resultados são ainda bastante díspares e desconhecidos. Uma diversidade de situações são reunidas neste conceito. Há meninos que trabalham nas ruas e meninos que passam o dia “perambulando” ou mendicando, aí também se alimentando, e que voltam para suas casas; outros dormem nas ruas e nunca, ou apenas eventualmente, regressam a uma moradia ou a algum tipo de abrigo. A última contagem, feita pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar do Município de São Paulo, em 1994, fornece os dados de 5.500 crianças nas ruas da cidade, a maior parte (1750) trabalhando e 6,4% dormindo (350).

A violência também recobre diversas situações, mas o que aparece como mais dramático são os assassinatos e o extermínio de jovens na ruas, praticados por civis armados e por forças policiais, oficial ou clandestinamente. Entre 1984 e 1989, foram notificados 1479 casos de morte violenta, a maior parte delas por arma de fogo e com características de execução sumária e ilegal, em 9 estados do Brasil. As vítimas eram principalmente jovens de 15 a 17 anos, do sexo masculino e de origem negra. Essas mortes, em geral, ocorrem com o objetivo de eliminação de jovens supostamente envolvidos em

assaltos, sendo “encomendados” por comerciantes dos locais onde eles agiriam. Por outro lado, podem ser fruto de “acertos de conta” por parte de quadrilhas de traficantes de drogas ilícitas.

No entanto, é preciso notar que, para além dessas situações mais extremas, há um quadro geral de dificuldades, para todos os jovens dos chamados “setores populares”, com maior ou menor grau, e com maior ou menor proximidade dessas situações limite.

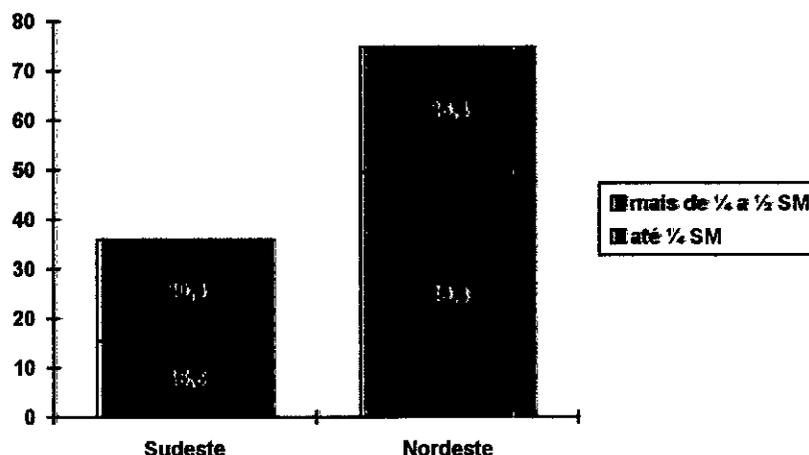
De uma forma geral, e no que diz respeito aos jovens propriamente ditos (da adolescência em diante), pode-se dizer que a situação de exclusão é vivida de forma peculiar - caracterizada por uma complexa relação de inserção/exclusão, dada por uma integração conflituosa e intermitente em muitos espaços sociais, como a escola, o trabalho, o mercado de consumo, a indústria cultural e a participação social e política.

A seguir são apresentados alguns dados sobre a situação da juventude no Brasil, pontuando algumas das diferenças que, juntamente com o nível de renda, concorrem para compor esse quadro desigual.

Regiões

As diferenças regionais, marcantes no Brasil, têm forte impacto sobre a condição juvenil. As regiões Norte e Nordeste são menos urbanizadas e industrializadas e têm índices de pobreza e carências sociais mais agudas que as regiões Sul e Sudeste. É no Nordeste que se verifica o maior índice de carência: 74,8% dos jovens dessa região pertencem a famílias que sobrevivem com menos de ½ salário mínimo *per capita*.

**Pessoas de 0 a 17 anos
por rendimento mensal familiar *per capita* - 1989**



Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.3, IBGE. 1989

Embora a população jovem se concentre no Sudeste do país (40,4% vivem nessa região), é na região Nordeste que o seu peso relativo sobre o conjunto da população é maior, chegando a mais de 50%.

Participação da população de 0 a 17 anos, segundo as Grandes Regiões

Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
47,0%	47,5%	37,3%	39,0%	43,3%

Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.3, IBGE. 1989

Isso se deve, em parte, ao fato da taxa de fecundidade ser mais alta nessa região, em função, entre outros fatores, da diferença de padrões culturais e de acesso a informações e medicamentos. Por outro lado, há os processos migratórios, pelos quais os homens adultos deixam a região em direção ao Sul, em busca de trabalho, o que produz uma alteração de concentração etária entre essas regiões.

A maior penalização das populações de baixa renda, do Nordeste e da área rural é nítida, por exemplo, ao observarmos o acesso aos serviços de saúde.

Crianças com indicação de morbidade que não procuraram atendimento por algumas características

Região		Renda*		Domicílio	
Sudeste	Nordeste	US\$ 50 ou +	até US\$ 25	Urbano	Rural
53%	72%	46%	71%	54%	73%

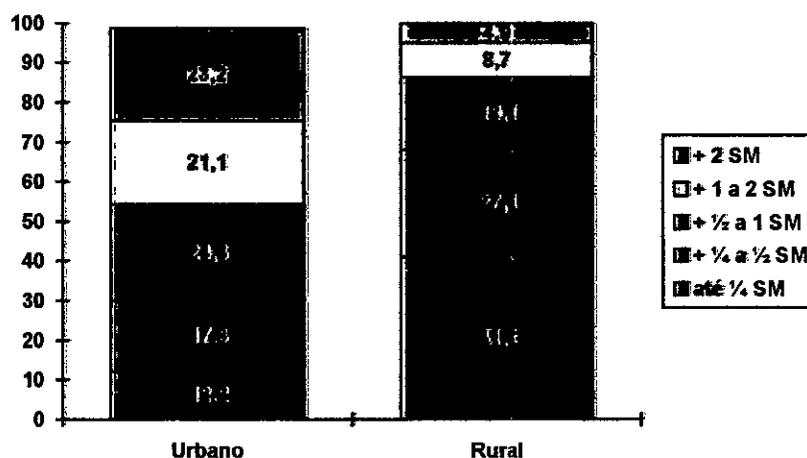
(*) renda familiar *per capita*

Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.4, IBGE. 1989

Domicílio

Na área rural, a média das taxas de mortalidade e desnutrição infantil, a inacessibilidade a serviços de saúde e o analfabetismo, assim como o ingresso precoce ao mercado de trabalho, são maiores que no meio urbano. No entanto, nos centros urbanos, onde se concentram 70% a população jovem, apesar de índices gerais mais “positivos”, existem grandes contingentes em situação de extrema pobreza, além de carências de várias ordens.

Pessoas de 0 a 17 anos por rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - Urbano e Rural - 1989



Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.3, IBGE. 1989

Uma questão a considerar é que as diferenças pensadas em termos de índices de renda têm que ser qualificadas, em função da maior monetarização existente nas cidades, onde todas as necessidades têm de ser satisfeitas através da comercialização: o recurso a alimentos auto-produzidos, por exemplo, que é em maior ou menor grau presente no meio rural, nas cidades é quase inexistente. Além disso, no meio urbano as exigências de consumo são muito maiores: transporte, vestuário, lazer etc. Nesse sentido, é importante

levar em conta que são diferentes tipos de pobreza, os existentes no meio rural e urbano, com significados também diversos para a qualidade de vida dos jovens. Nas grandes cidades, particularmente, as condições de vida oferecem, sob certos aspectos, maiores riscos e danos que aquelas do meio rural: entre outros, podemos citar a degradação ambiental, que tem um efeito negativo sobre a saúde das crianças, e o aumento da exposição a determinados tipos de situação de risco, como a vivência nas ruas, a drogadição e a violência

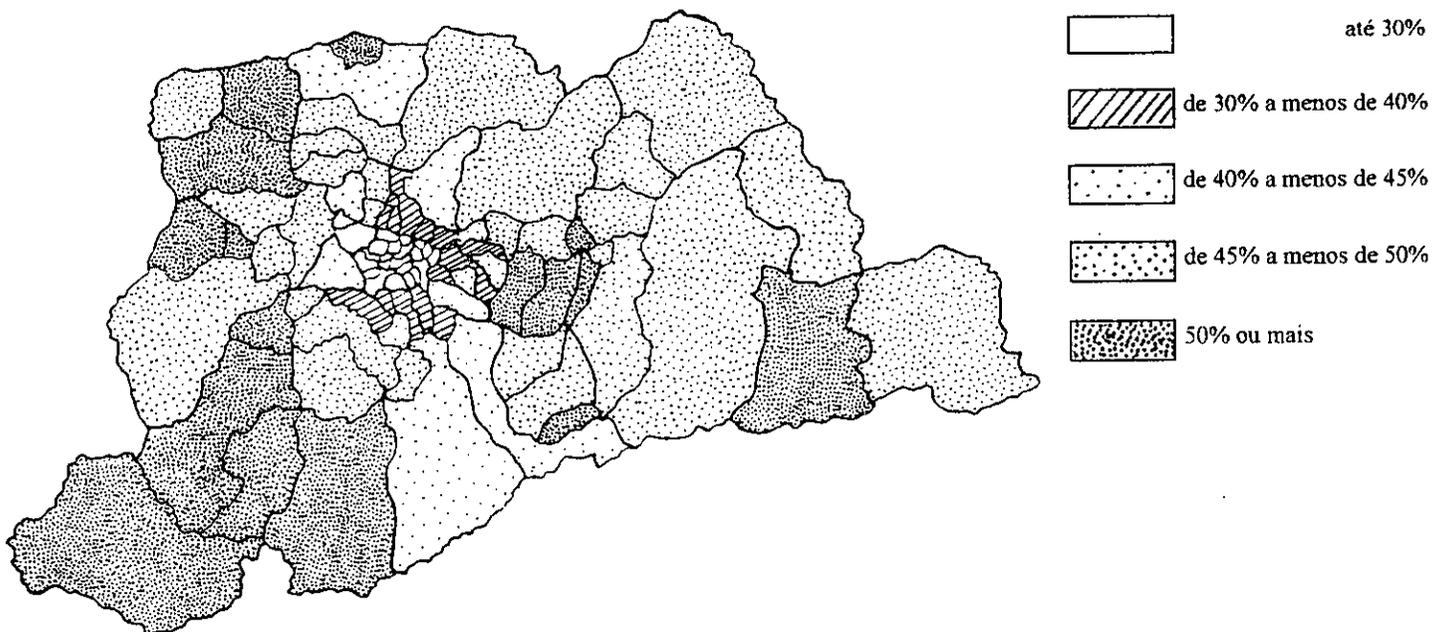
Assim, as regiões metropolitanas do País, embora sejam pólos de concentração de produção e riqueza, apresentam grande heterogeneidade interna em relação às condições de vida de sua população, abrigoando muita pobreza, com expressão numérica bastante significativa.

São Paulo

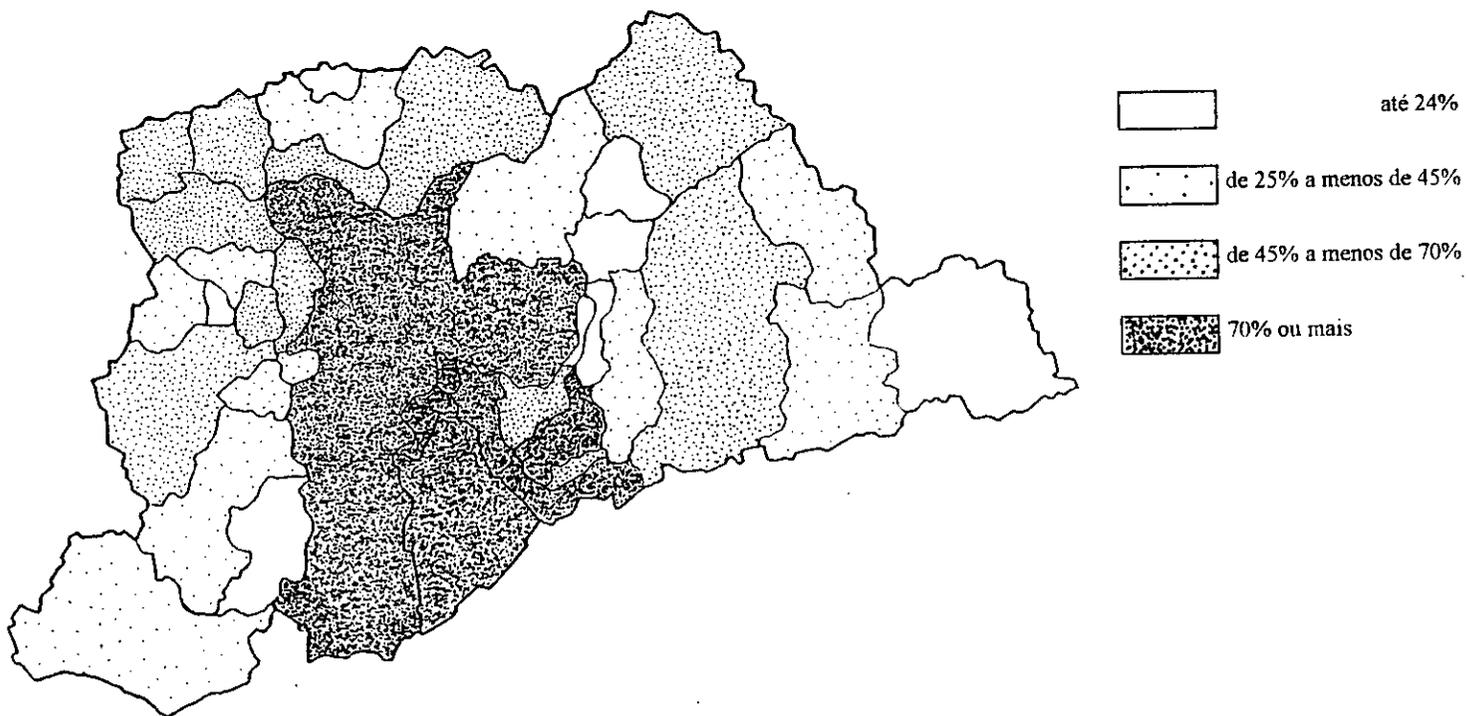
No município de São Paulo, a população de 0 a 19 anos de idade (3.615.342 pessoas) representa 38,4% da população total. A proporção de jovens vivendo na miséria (com renda mensal familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo) é mais baixa que na média do país (cerca de 6,5%), o que, no entanto representa, em números absolutos, 428.326 pessoas. Não há dados sobre a porcentagem de jovens em São Paulo vivendo com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, mas cerca de 50% deles vivem em famílias com rendimento mensal de menos de 1 salário mínimo, o que ainda configura uma situação de muitas dificuldades.

A maioria da população jovem de São Paulo está concentrada nos bairros mais pobres, distantes do centro e com menor número de equipamentos e serviços. O dado mais recente, do Censo de 1991, revela que, na cidade de São Paulo, 12,3% das crianças com até 6 anos de idade moram em favelas (Folha de São Paulo, 26.07.95).

**Participação da população com menos de 20 anos nos Municípios e Distritos
Região Metropolitana da Grande São Paulo (cidade de São Paulo e municípios vizinhos) - 1980**



**Proporção de domicílios ligados à rede de esgoto, por Municípios
Região Metropolitana da Grande São Paulo - 1980**



Fonte: Censo Demográfico de São Paulo, 1980. IBGE, 1982.

Infância e juventude

Uma outra diferenciação importante diz respeito às faixas etárias que compõem a população juvenil. No Brasil, a idade legal para a maioridade penal é 18 anos. Portanto, na maioria das vezes, quando se fala em “juventude”, se está considerando todo o conjunto da população entre 0 e 17 anos de idade². O Censo oficial trabalha com as faixas de 0 a 4; 5 a 9; 10 a 14 e 15 a 19 anos. O corte de 14 anos é bastante significativo, pois indica a idade a partir da qual se torna juridicamente legal o ingresso no mercado de trabalho, além de ser a idade prevista para a conclusão do 1º Grau, embora isso quase nunca corresponda à realidade.

Distribuição da população de 0 a 19 anos por faixas etárias no Brasil - 1991

Faixa etária	Nº	%
0 a 4 anos	16.521.114	25,0
5 a 9 anos	17.420.159	26,4
10 a 14 anos	15.017.4472	22,7
15 a 19 anos	13.564.878	20,5
Total	66.005.904	100,0

Fonte: Censo 1991, IBGE.

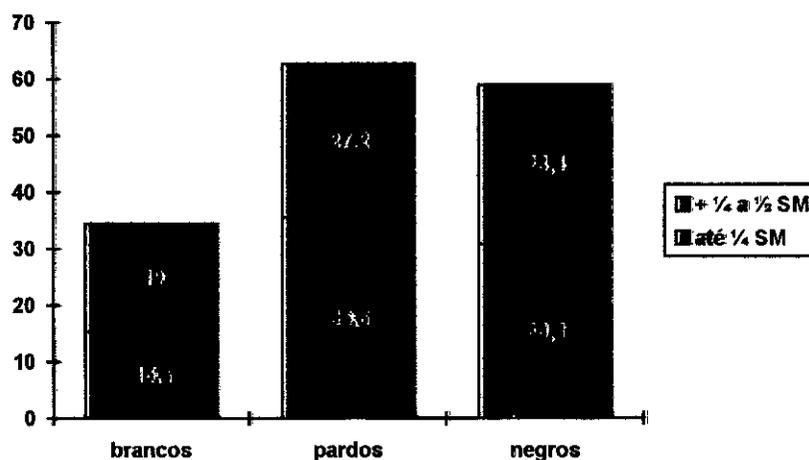
Muitas vezes os dados aparecem agregados, sem segmentação. No entanto, para fazer uma análise da situação da juventude, essa diferenciação é fundamental, pois são muito diversas as situações, os problemas, as estratégias e as potencialidades vividos pelas diferentes faixas etárias: há que se considerar como distintas, no mínimo, as faixas que caracterizam a infância e aquelas que caracterizam a adolescência. Embora o corte etário entre essas duas condições seja algo arbitrário, é possível considerar, pelos motivos acima indicados, o marco dos 14 anos como referência para análise dos dados. Na ausência dessa distinção, é preciso chamar a atenção para o fato de que a maior parte das análises e trabalhos realizados sobre a “juventude” no Brasil enfocam, na verdade, a infância.

² Os dados estatísticos não apresentam uniformidade de critérios para coleta, e assim, o limite superior pode estar em 17, 18 ou 19 anos.

Raça e gênero

Outras diferenças que devem ser consideradas dizem respeito a raça e gênero. Quanto à primeira dimensão, as formas de coleta de dados inviabilizam a sua análise. No entanto, sabemos que essa questão implica diferenças bastante significativas na vivência da condição juvenil. As crianças e jovens negros estão entre os mais pauperizados e essa associação entre raça e pobreza alimenta um forte preconceito, que agrava a falta de oportunidades e a violência contra os jovens negros.

Pessoas de 0 a 17 anos por cor e classes de rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 1988



Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.3, IBGE, 1989

Com relação ao gênero, há também importantes diferenciações. Para as jovens das classes de mais baixa renda, comparativamente aos rapazes dos mesmos estratos, *“as oportunidades de trabalho são quantitativamente inferiores e limitam-se a uma gama menor de opções; a desvalorização da educação é nesse caso mais óbvia, e a vivência do conflito familiar mais intensa e de difícil solução”* (Madeira, 1985). Além disso, tais setores são particularmente vulneráveis à violência sexual e a problemas como gravidez precoce e indesejada. Por seu turno, os jovens do sexo masculino dos estratos de baixa renda têm sido os mais expostos às situações de violência nas ruas das grandes cidades, sendo as maiores vítimas das mortes violentas não acidentais.

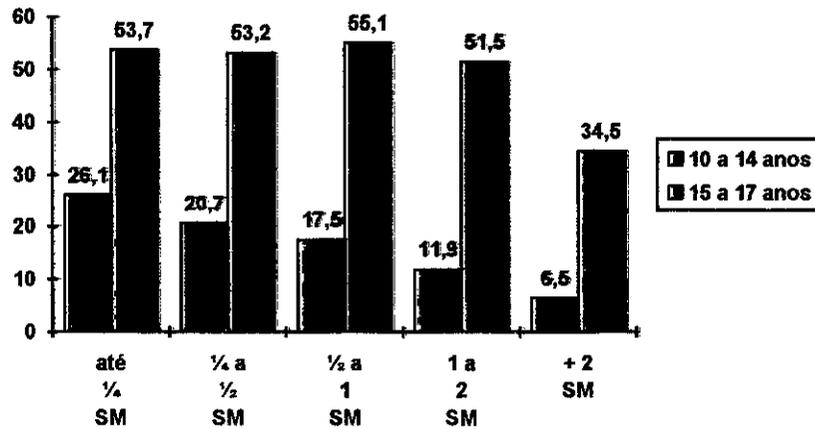
Mercado de trabalho

Um dos aspectos mais complexos da realidade juvenil brasileira diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho. O ingresso precoce no mercado de trabalho (embora seja proibido por lei, quase 20% dos jovens com menos de 14 anos estão trabalhando) é um dos indicadores mais contundentes da situação de pobreza que obriga as crianças a ajudar na sobrevivência de suas famílias. O trabalho de crianças no meio rural (com o corte de cana, por exemplo), nas ruas das cidades, vendendo pequenos artigos, e em muitos setores fabris (como na indústria de calçados) fornecem retratos dos aspectos mais dramáticos dessa questão: trabalhos pesados, perigosos, insalubres, numa situação de extrema exploração, que tornam difícil ou mesmo impossível a frequência à escola e excluem a possibilidade da superação de uma submissão aviltante de sua força de trabalho.

Não são somente os filhos das famílias mais carentes que trabalham: entrar no mercado de trabalho aparece como uma necessidade para faixas mais amplas da população pobre e mesmo de classes médias baixas, seja para aumentar a capacidade de consumo da família, ou do próprio jovem, seja como estratégia de ingresso e adestramento em um mercado de trabalho escasso, com índices de desemprego crescentes. Nesse sentido, chama a atenção o fato de que no Sudeste, mais “rico”, é maior a proporção de jovens entre 15 e 17 anos que trabalham (51%) que no Nordeste (47,3%).

Assumir uma atividade geradora de renda é, muitas vezes, uma necessidade sentida pelos próprios jovens, como um meio de satisfazer suas necessidades de consumo e lazer, que crescem cada vez mais, na mesma medida em que se espraiam e consolidam os valores de uma sociedade de consumo, com uma intensa presença dos meios de comunicação. Como assinalam muitas pesquisas, muitas vezes a remuneração do trabalho aparece como essencial inclusive para a sustentação no espaço escolar, criando a difícil situação da combinação escola-trabalho. Tudo isso é relevante principalmente para as faixas da população urbana de 14 a 19 anos, mormente nos extratos de famílias de trabalhadores numa situação de pobreza relativa.

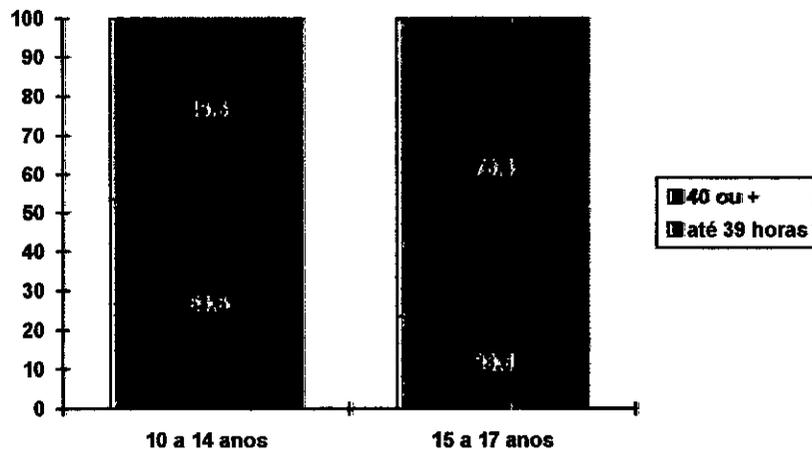
Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos por rendimento mensal familiar per capita - Brasil - 1989



Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.3, IBGE. 1989

De qualquer modo, a situação dos jovens no mercado de trabalho é aviltante: apesar de haver uma legislação "protetora" para os menores de 18 anos, quase nunca é observada: a maior parte dos jovens que trabalham têm uma carga semanal de mais de 40 horas; o salário médio percebido por eles é muito inferior ao dos adultos, pelo mesmo tipo de desempenho.

Pessoas ocupadas por número de horas trabalhadas - 1989



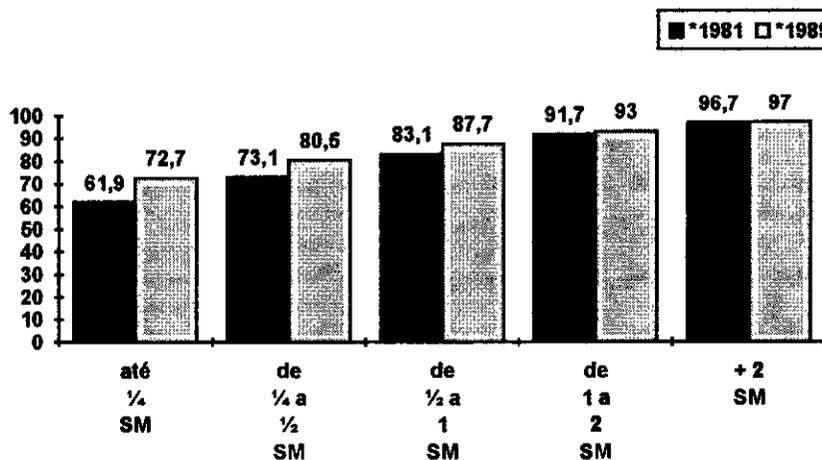
Fonte: Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.3, IBGE. 1989

Acesso à escola

Durante os anos 80, houve um aumento no número de crianças e jovens freqüentando a escola. O intenso e recente processo de urbanização trouxe novas pressões sobre o sistema escolar, que resultaram num aumento do número de vagas ofertadas pelas escolas: entre 1981 e 1989 houve um crescimento de 50% no número de professores do 1º Grau, por exemplo. No entanto, esse crescimento não significou a universalização do acesso à escolarização básica. Em 1989, quase sete milhões de crianças estavam fora da escola.

É nas famílias de mais baixa renda, nas regiões menos desenvolvidas e entre os jovens de 15 a 17 anos que as taxas de escolarização se mostram mais reduzidas. Em 1989, nas famílias com renda mensal familiar *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ salário mínimo, apenas 72,7% das crianças com idade entre 7 e 14 anos freqüentavam a escola.

Taxa de escolarização de pessoas de 7 a 14 anos por rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil



Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v. 3, IBGE. 1989

Naquele mesmo ano, entre os jovens de 15 a 17 anos, independentemente da renda familiar, a taxa de escolarização não ultrapassava 56%. Nessa faixa de idade, aliás, a taxa de escolarização não apresentou diferença significativa ao longo da década.

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos por grupos de idade - Brasil

Idade	1981	1983	1986	1987	1988	1989
5 a 6	23,5	36,0	45,1	46,9	46,3	48,2
7 a 9	70,7	78,5	83,6	84,5	85,8	84,9
10 a 14	78,7	80,9	81,6	82,3	83,0	83,1
15 a 17	53,1	52,6	52,5	52,6	55,1	55,2

Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v. 3, IBGE. 1989

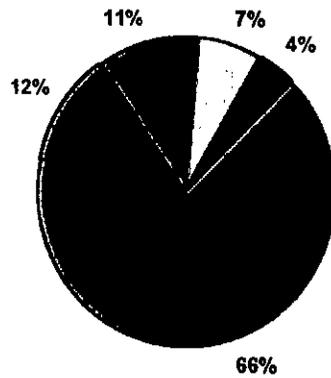
Se no Sudeste, região mais desenvolvida do País, a taxa de escolarização das crianças entre 10 e 14 anos não atinge 90%, no Nordeste, essa taxa é ainda menor: inferior a 80%.

As diferenças nas taxas de escolarização registradas entre as faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos correspondem, em grande medida, ao aumento da presença das crianças e jovens no mercado de trabalho após os 14 anos - idade a partir da qual o trabalho é legalmente permitido. No Sudeste, por exemplo, enquanto a taxa de escolarização decresce de 87% (entre as crianças de 10 a 14 anos) para 56,3% (entre os adolescentes de 15 a 17 anos), a taxa de atividade laboral sobe de 14,2% (entre as crianças) para 51% (entre os adolescentes). No Nordeste, nessas mesmas faixas, a taxa de escolarização decresce de 77,6% para 55% enquanto a participação no mercado de trabalho aumenta de 22,9% para 47,3%.

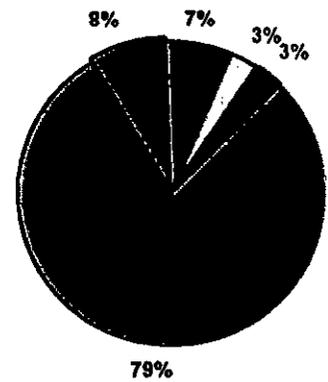
A diferença existente entre as regiões revela que o trabalho infantil (até os 14 anos) está vinculado à maior pobreza das famílias, sendo muito mais acentuado no Nordeste; o trabalho dos adolescentes porém, como vimos, já não responde de forma tão direta a esta lógica, sendo maior no Sudeste - o que pode ser explicado pela maior oferta de emprego.

Pessoas de 10 a 17 anos, por condição de atividade - 1989

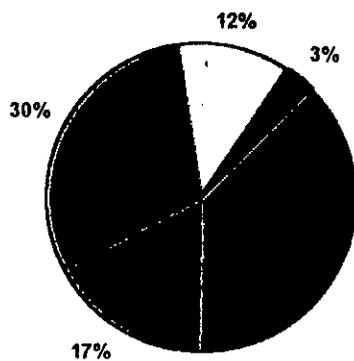
Nordeste - 10 a 14 anos



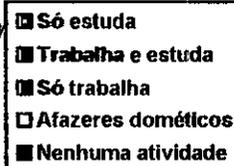
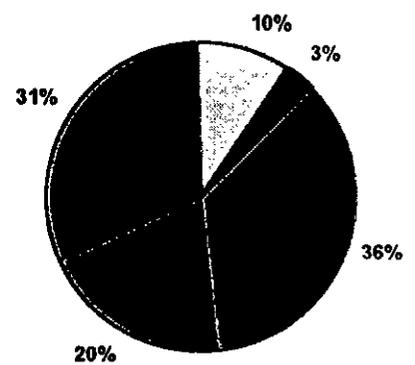
Sudeste - 10 a 14 anos



Nordeste - 15 a 17 anos



Sudeste - 15 a 17 anos



Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v.3, IBGE. 1989

O fracasso escolar

O sistema escolar brasileiro caracteriza-se por uma acentuada seletividade. De forma geral, de cada mil alunos novos, pouco mais de 250 conseguem concluir o 1º Grau e apenas 58 o fazem em oito anos sem repetência. Dos repetentes na 1ª série, apenas 50% conseguem atingir a 2ª série e menos de 10% conseguem alcançar a 8ª série. Os alunos que conseguem concluir os oito anos de escolaridade obrigatória necessitam, em média, de 9,8 anos de estudo.

Entre 1980 e 1988, a taxa de evasão cresceu de 10% para 13%, e cerca de 25% dos alunos não evadidos são reprovados. É logo na primeira série que se encontra o primeiro grande ponto de estrangulamento do sistema: durante a década de 80, essa série apresentou médias de 26,5% de reprovação e de 25,6% de evasão.

Não há diferenças significativas entre as taxas de reprovação no Sudeste e no Nordeste do País, mas as diferenças aparecem quando se observam as taxas de evasão. Enquanto, na década de 80, no Sudeste, a taxa de evasão na 1ª série foi de 10,2%, no Nordeste essa mesma taxa foi de 39,3%, caracterizando uma situação de expulsão do aluno logo à entrada do sistema.

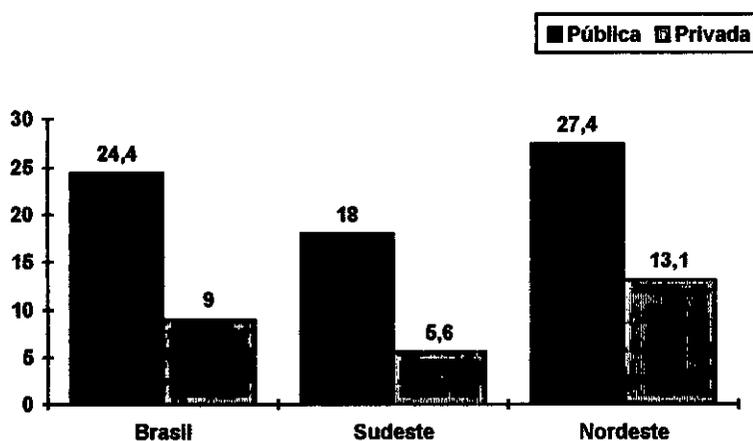
Com o elevado número de crianças com ingresso tardio no sistema escolar e os altos índices de repetência, uma das características marcantes desse sistema é a presença de altas taxas de defasagem entre a idade do aluno e a série freqüentada: em 1990, 62,8% das crianças que freqüentavam a 2ª série tinham mais de 8 anos de idade. Quando se observam as taxas de defasagem por idade, reforça-se a percepção de que o atraso escolar é crescente e cumulativo, à medida que avança a idade, chegando a mais de 80% nas crianças de 14 anos que freqüentam a escola.

Essa defasagem série-idade é um dos fatores que muito contribuem para a evasão escolar: o aluno jovem sente-se deslocado no grupo classe e se vê desanimado. É crescente o número de jovens que abandonam o ensino regular e procuram o ensino supletivo (escola noturna, com ensino em ritmo acelerado, destinado originalmente aos adultos que não puderam ter acesso à escola na idade apropriada).

As causas de todo esse fracasso escolar são múltiplas: “falta de condições sócio-econômicas para permanecer na escola; mudanças freqüentes de domicílio, em função da instabilidade do mercado de trabalho do País; ingresso precoce da criança e do adolescente no mercado de trabalho; inadequação da escola à sua clientela majoritária e estabelecimento de padrões avaliativos que discriminam e estigmatizam o aluno pobre” (Crianças & adolescentes: indicadores sociais, v.3, IBGE, 1989).

Mas o fracasso escolar não atinge a todos da mesma maneira. Basta observar as diferenças de aproveitamento escolar registradas entre as escolas públicas, freqüentadas pela população pobre, e as particulares. Enquanto a taxa de evasão nas escolas particulares, entre 1987 e 1988, foi de 6%, nas escolas públicas ela foi de 15,4%; e a taxa de repetência foi de 9% entre as primeiras e de 24,4% entre as últimas. Em 1988, foram registrados 15,9% dos professores da rede particular com formação inadequada, contra 22,3% da rede estadual; necessário destacar, no entanto, que nas escolas públicas do Nordeste este índice foi de 38%. A situação é particularmente grave na medida em que apenas 11% dos alunos freqüentam escolas particulares³

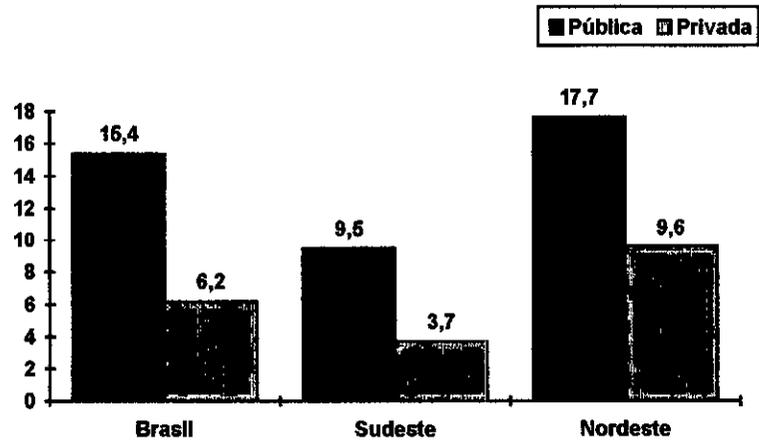
Proporção de repetência na 1ª série do ensino fundamental - 1987/1988



Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v. 3, IBGE. 1989

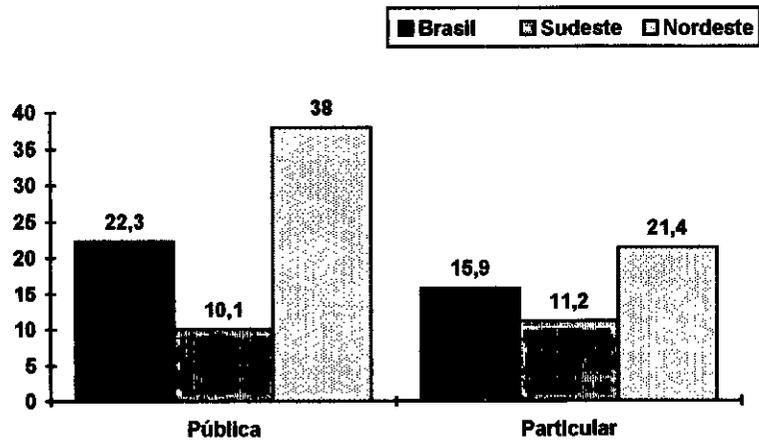
³ Em 1993 as matrículas no ensino de 1º Grau na rede pública totalizaram 27.030.680, contra 3.490.068 na rede particular. (Anuário Estatístico do Brasil - 1994)

Proporção de evasão na 1ª série do ensino fundamental - 1987/1988



Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v. 3, IBGE. 1989

Proporção de repetência na 1ª série do ensino fundamental - 1987/1988

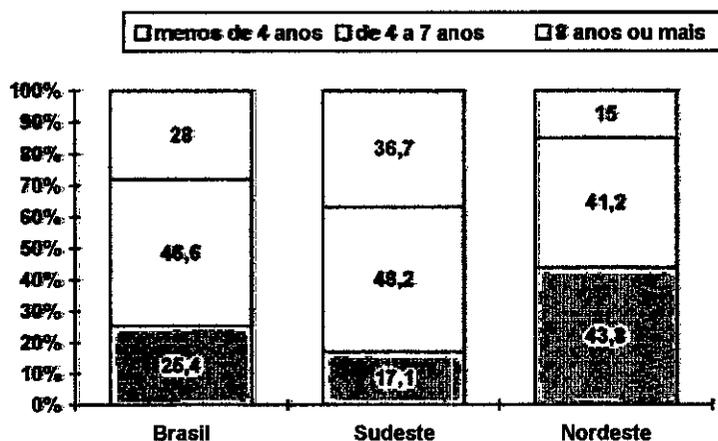


Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v. 3, IBGE. 1989

Escolaridade

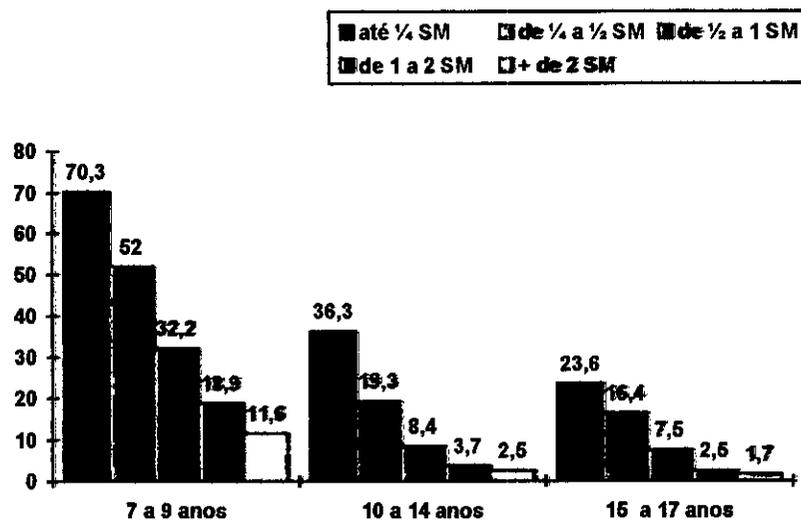
Nesse quadro, é grande o número de crianças e adolescentes com baixa ou nenhuma escolarização. Em 1989, 6,2% das crianças entre 10 e 14 anos, e 6,8% daquelas entre 15 e 17 anos, nunca haviam freqüentado a escola. E muitas das que chegam a freqüentar a escola não conseguem sequer alfabetizar-se: naquele mesmo ano, a taxa de analfabetismo na faixa entre 10 e 14 anos era de 14,8% e de quase 10% no segmento de 15 a 17 anos. Considerando 4 anos de estudo como o tempo mínimo para que se conclua o processo de alfabetização fica clara a força da desescolarização e da subescolarização entre os jovens no Brasil: em 1989, 41,2% dos jovens entre 12 e 15 anos tinham menos de 4 anos de estudo (no Nordeste, esse índice subia para 65%).

Pessoas de 17 anos segundo anos de estudo - 1989



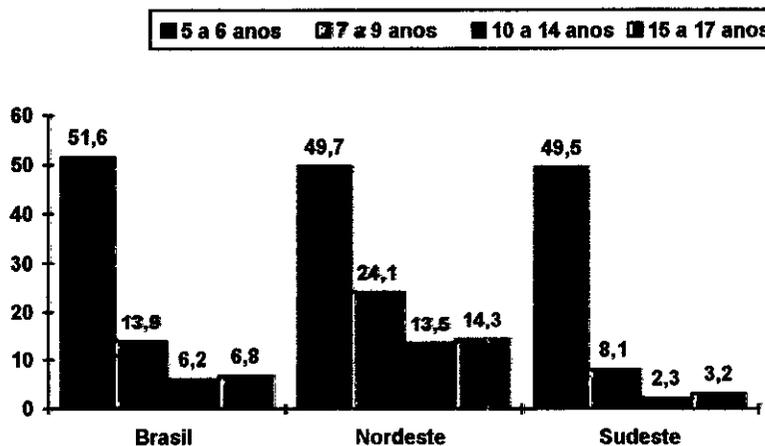
Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v. 3, IBGE. 1989

Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 a 17 anos por rendimento mensal familiar *per capita* - Brasil - 1989



Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v. 3, IBGE. 1989

Pessoas de 5 a 17 anos que nunca freqüentaram escola - 1989



Fonte: Crianças e adolescentes: indicadores sociais, v. 3, IBGE. 1989